

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente livro vem, em primeiro lugar, na linha dos resultados posteriores ao desenvolvimento do projeto “O homem e a terra nos Açores, séculos XV e XVI”, projeto financiado pela então Direção Regional da Ciência e Tecnologia (Região Autónoma dos Açores), entre 2006 e 2009.

Em segundo lugar, o encontro científico organizado em 21 de setembro de 2009, subordinado ao tema “Propriedade e exploração da terra: abordagens, conceitos e fontes, séculos XV-XVIII”, constituiu, igualmente, o contexto ideal para a apresentação, discussão e troca de ideias que acabaram por dar origem ao projeto da presente edição.

Com estas iniciativas não só se procurou fazer ressurgir velhos temas da história do mundo rural, como potenciá-los e abri-los para as novas tendências e preocupações, tanto na linha historiográfica como na da sua articulação com contextos científicos e temáticos da atualidade.

É neste sentido que o ensaio de Maria Helena Cruz Coelho, figura de referência da história rural nacional e da Universidade de Coimbra, nos traz uma importante reflexão sobre as questões das temáticas do mundo rural, também da histórica económica e social, entre os anos 80 do século XX e a atualidade, no contexto inequívoco de que a História e o historiador estão sempre comprometidos com o seu tempo e ambiente social. Assim, de um claro afastamento consolidado na década de 90, que ainda hoje se sente e constata pelas poucas produções científicas na área, parece que se começa a abrir um novo horizonte de pesquisa, no contexto do que a autora designa por “regresso mais ou menos utópico ao rural e a uma ideologia neo-agrária, incentivado pelo discurso ecológico e ambiental”.

É exatamente nesta última linha que se desenvolve o trabalho de Stéphane Boissellier, da Universidade de Poitiers, fazendo um sugestivo levantamento e reflexão sobre a atenção dada, pela historiografia medieval portuguesa, ao tema do ambiente, ao mesmo tempo que apresenta os desafios desta nova abordagem para a História e para o historiador.

A este último trabalho seguem-se então vários estudos, alguns especificamente de caso, outros tentando problematizar a questão das fontes e das metodologias. O de Mário Viana, sobre a lei da almotaçaria de 1253, traz-nos o âmbito da aplicação deste diploma e da política de D. Afonso III, notadamente na questão dos salários rurais e dos preços. O de José Damião Rodrigues reflete sobre os problemas colocados pelas fontes, ou pela sua ausência, ao estudo da posse e exploração da terra nos Açores modernos, no âmbito da chamada apropriação e organização social do espaço. O de Rute Dias Gregório incide sobre fontes, metodologias e abordagens nas temáticas da propriedade nos séculos iniciais da ocupação dos Açores. O de Maria da Graça Delfim analisa os contratos agrários conventuais do século XVII (Convento de Santo André de Vila Franca do Campo). Por fim, o de Margarida Vaz do Rego Machado versa a temática geral da relação entre os homens do comércio, de São Miguel, nos finais do Antigo Regime, e a posse e exploração da terra.

Como pano de fundo a todos estes trabalhos, podem inferir-se dois objetivos centrais e orientadores: o de conhecer melhor as temáticas da história rural e do mundo rural em desaparecimento e o de afirmar, inequivocamente, que estas podem constituir-se como abordagens significantes no contexto das novas tendências da contemporaneidade. Saibam os historiadores fazer a respetiva ligação, abrindo-se para os novos questionamentos da sociedade.

Rute Dias Gregório